



A MATERNIDADE NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO SUL DO BRASIL

Sinara München¹, Viviane de Almeida Lima²

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, sinara.munchen@uffs.edu.br

² Universidade Federal da Fronteira Sul, viviane.lima@uffs.edu.br

Propósito

O presente trabalho origina-se de nossas vivências e reflexões como mães e professoras universitárias ao identificarmos desafios na carreira após o nascimento de nossas filhas e, também, por acompanharmos as dificuldades de estudantes mães que necessitam trazer seus filhos e filhas para as aulas na universidade. A partir disso percebemos a importância de ações institucionais de apoio às mães, o que nos levou a querer compreender as políticas vigentes nas universidades e quais seriam os avanços necessários nesse contexto. A pergunta que nos orienta é: Quais as políticas e ações institucionais a universidade apresenta relacionadas à maternidade? Com esse questionamento, nosso objetivo principal foi identificar as ações e políticas institucionais de uma universidade pública do sul do Brasil referentes à maternidade.

Revisão da literatura

O movimento Parent in Science¹ ampliou o debate sobre a parentalidade na carreira acadêmica, destacando e investigando o impacto que os filhos/as têm na carreira científica. Para Mello-Carpes et al (2022) o número de mulheres cientistas se aproxima do de homens no Brasil, mas a base é constituída pelas mulheres enquanto os homens figuram no topo das carreiras, indicando que alguns espaços de decisão são pouco ou nunca acessados pelas mulheres. Além disso, as autoras pontuam que diversos estudos abordam o impacto da maternidade na produtividade científica, que perdura em média por quatro anos após o nascimento dos filhos.

Walczak e Silva (2023) em sua pesquisa com docentes mães de uma universidade pública do Rio Grande do Sul destacaram nos resultados que conciliar a carreira de pesquisa e a maternidade tem se apresentado como um conflito pessoal para as mulheres, decorrendo disso sentimentos como insuficiência, culpa e solidão. As autoras identificaram também a

¹ <https://www.parentinscience.com/>

importância do apoio entre colegas docentes e concluíram que há falta de infraestrutura e políticas institucionais de apoio à maternidade na universidade.

Procedimentos metodológicos

A abordagem qualitativa orienta este trabalho, que está apoiado na análise documental (Lüdke; André, 2013). A pesquisa documental busca identificar informações nos documentos a partir de questões de interesse que podem dar suporte a construção de hipóteses e amparar evidências do/a pesquisador/a, e, além disso, são uma fonte que fornece informações sobre um determinado contexto (Lüdke; André, 2013).

Os documentos selecionados para esta investigação foram aqueles relacionados às políticas institucionais que possam estar vinculadas à maternidade na universidade, contemplando a carreira de professoras, servidoras técnico-administrativas e estudantes. O contexto de análise é a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada no ano de 2009, a qual conta com uma estrutura multicampi, presente nos três estados da região sul do Brasil. Para compreender se e como a maternidade está contemplada em políticas institucionais foram selecionados como objetos de investigação quatro documentos, disponíveis para acesso livre no sítio eletrônico da instituição: Regulamento de Graduação; Resolução que institui a Política de Assistência Estudantil; Regulamento da Pós-Graduação e Regulamento de Pesquisa.

Nos quatro documentos foram feitas buscas com as seguintes palavras-chave nos referidos arquivos: maternidade, mãe, filho, licença, lactante. Ao identificar as respectivas palavras-chave nos textos, os trechos de interesse foram selecionados para, a partir deles, desenvolver a análise descritiva.

Resultados

Dos quatro documentos analisados, três deles se direcionam aos estudantes: o regulamento de graduação, o regulamento de pós-graduação e a resolução que institui a Política de Assistência Estudantil. A Resolução N.10/2019, que institui a Política de Assistência Estudantil, inclui uma subseção destinada ao auxílio-creche, e o define como “destinado a estudantes que tenham filho em idade pré-escolar (até completar 6 anos) para despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil” (UFFS,

2019), e, para ter acesso, a/o estudante deve ser o responsável legal da criança. Esse é um auxílio importante no apoio às mães estudantes, visto que a universidade não dispõe de creche, e, embora muitas instituições tenham incluído esse auxílio, não é uma normativa em âmbito nacional.

O regulamento da graduação (UFFS, 2022) inclui o regime de exercícios domiciliares para estudante gestante, por 90 dias, a partir do 8º mês de gestação. O regulamento da pós-graduação (UFFS, 2023) não traz o termo gestante, mas a palavra lactante, a qual poderá solicitar regime domiciliar por até 4 meses. Pode ser feito um debate sobre a diferença entre os termos usados nos diferentes regulamentos, visto que a legislação de 2017² que prorroga o prazo de bolsas de pesquisa usa os termos maternidade e inclui a adoção.

Além dos documentos observados, o campus Erechim da UFFS iniciou um projeto de apoio materno-infantil com a organização de uma sala como espaço de convivência para os pais e seus filhos enquanto estiverem no campus. A sala foi instituída em 2019, mas a partir de 2023 o projeto estruturou-se com apoio de bolsistas e atividades infantis direcionadas, o qual pode contribuir para a permanência, em especial das mães, que precisam levar seus filhos à universidade.

Na análise do regulamento de pesquisa há o indicativo de que a licença maternidade possibilita a substituição da coordenação de projeto de pesquisa e inclui a dispensa, parcial ou integral, da produção de três trabalhos por quinquênio. O/a professor/a pesquisador/a deverá apresentar produção científica qualificada para concorrer aos editais de fomento institucionais para pesquisa, e há uma planilha de produção docente, a qual indica que, em caso de licença pós-gestante/pós-adoante no período, deve ser selecionado o ano da licença e automaticamente a planilha abrirá um ano a mais anterior a todo período para pontuar.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) adota essa prática desde 2019, considerando um ano a mais de análise no currículo para cada licença maternidade/adoante no período de avaliação, e permite que em caso de mais de um filho/a esta seja cumulativa. No regulamento da UFFS ou na planilha não há indicativo sobre ter tido mais de um filho/a no período avaliado.

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13536.htm

Walczak e Silva (2023) identificaram em seu estudo que as respostas das mães cientistas indicam que há um impacto da maternidade na carreira que se apresenta através da diminuição da produtividade e do tempo para outras atividades acadêmicas. Medidas que tentam compensar o impacto da maternidade como a inclusão da maternidade no currículo Lattes e a ampliação de um ano a mais na análise do currículo podem contribuir, mas ainda precisam de outras ações de suporte para que associadamente se tenha efetivamente uma diminuição desse impacto.

Dessa maneira, ressaltamos a importância de uma discussão ampla e aprofundada sobre a maternidade na carreira acadêmica e científica no âmbito da UFFS. Visto que outros documentos como editais de ingresso aos cursos de pós-graduação, editais de credenciamento e credenciamento docente na pós-graduação, editais para concursos docentes, entre outros, carecem de discussão e inclusão de aspectos sobre a maternidade.

Implicações da pesquisa

Indicamos como implicações da pesquisa a necessidade de aprofundar o estudo em outros documentos da UFFS como editais de ingresso aos cursos de pós-graduação, editais de credenciamento e credenciamento docente na pós-graduação, editais para concursos docentes, entre outros, que possam contribuir no debate e na incorporação das necessidades que envolvem a maternidade na carreira acadêmica e científica. Esse mapeamento na instituição é importante visto que algumas universidades no Brasil têm avançado na inclusão da maternidade em políticas e ações institucionais de apoio às docentes e estudantes mães, integrando na agenda das universidades a questão da parentalidade e/ou da maternidade.

REFERÊNCIAS

- Mello-Carpes, Pâmela B., Staniscuaski, Fernanda, Oliveira, Leticia de & Soletti, Rossana C. (2022). Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 31(2). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?format=pdf&lang=pt>
- Universidade Federal da Fronteira Sul. (2019). Política de Assistência Estudantil. Resolução Nº 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019 (ALTERADA). Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2019-0010>
- Universidade Federal da Fronteira Sul. (2022) Regulamento da Graduação. Resolução Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022. 2022. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0040>



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE
MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

Universidade Federal da Fronteira Sul. (2023). Regulamento da Pós-Graduação. Resolução N° 55/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2023. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2023-0055>

Universidade Federal da Fronteira Sul. (2023). Regulamento de Pesquisa. Resolução n° 58/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2023. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2023-0058>

Walczak, Aline T. & Silva, Fabiane Ferreira da. (2023). Maternidade e carreira científica: experiências e concepções das docentes mães da Universidade Federal do Pampa. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, 14(40), 640-659. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/5076/9872/10321>